

Brasil

A MAIOR RECONSTRUÇÃO DO PAÍS

TRAGÉDIA GAÚCHA MOBILIZA ESFORÇO NÃO SÓ PARA REERGUER ESTADO, MAS DE ADEQUAÇÃO AO CLIMA



As enchentes que assolam o Rio Grande do Sul e mobilizam o país têm impulsionado a maior operação de socorro e reconstrução na história do Brasil. O esforço superlativo terá impactos profundos em diferentes áreas, da agricultura à saúde, da educação ao transporte, e será proporcional à dimensão da tragédia gaúcha — que, desde 27 de abril, ceifou a vida de 136 pessoas e afetou 2,1 milhões, superando a média anual de atingidos por enchentes e inundações entre 2016 e 2022, segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA).

A força dos rios, que chegaram à marca recorde de 5,35 metros, inundou 92 mil lares em 428 cidades (85% do Rio Grande do Sul), estima a Con-

federação Nacional dos Municípios. Esse rastro de destruição, provocado pelas intempéries da natureza e por baixo investimento em sistema de prevenção, impulsionou o êxodo de 537 mil pessoas, formando o maior contingente de refugiados climáticos da história recente do país.

Para reverter essa situação e dar a volta por cima, o país terá não só de reerguer prédios, refazer estradas e auxiliar famílias que perderam tudo, mas também se preparar para lidar com um novo — e mais desafiador — cenário climático global, apontam especialistas.

Vai ser a maior operação de reconstrução de infraestrutura pública, residencial e de indústria. Se por um lado é terrível, por outro precisamos fortalecer a adaptação às mudanças climáticas e aos eventos extremos, repensando a organização das cidades — diz Marcelo Dutra, professor de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



Enchente e água. Enchente no município de E. Dorado do Sul: a força dos rios, que chegaram à marca recorde de 5,35 metros de altura, inundou 92 mil lares



READAPTAÇÃO DAS CIDADES

O contingente de deslocados com as enchentes em 428 cidades do Rio Grande do Sul — 537 mil, ao todo — supera o de outras tragédias ambientais ocorridas no Brasil. Dentre elas, estão os deslizamentos na região metropolitana de Recife, em 2022, que tirou cerca de 10 mil pessoas de seus lares em três cidades, e o desastre na Região Serrana do Rio, em 2011, que registrou 900 mortos e 35 mil deslocados em sete municípios. A extensão do movimento de refugiados climáticos no estado gaúcho, segundo especialistas e gestores públicos, representará um impacto social mais profundo.

—O ineditismo do que ocorreu no Rio Grande do Sul se dá pela quantidade de cidades, extensão do que foi afetado e pelo tempo do evento, que ainda perdura. Mais de 200 desses municípios que estão em estado de emergência nunca tiveram nenhum registro de deslizamento, de contaminação, de crise hídrica — avalia o ministro das Cidades, Jader Filho, acrescentando: — Essas obras pre-

cisam atender qual será a necessidade daqui para frente, de readaptar nossas cidades a dar resiliência para novos eventos climáticos.

O prefeito de Gramado, Nestor Tissot, avalia que precisará fazer obras nos muros para conter deslizamentos no futuro — estar que ocorreram mortes novamente por causa dos desastres ambientais.

— São famílias que estão nessas casas há três gerações. São casas humildes, mas que conta a história dessas famílias. É um drama muito grande que essas pessoas estão vivendo — afirmou ele.

REMOÇÃO

Uma das alternativas de readaptação das cidades que vem sendo considerada por especialistas é um exemplo que já é adotado em Lajeado, no Vale do Taquari (RS). Enchentes também estão entre as cidades afetadas, o município de 93 mil habitantes retirou moradores de áreas mais próximas ao Rio Taquari, que costumam ficar alagadas, e construiu parques no local. A mudança exigiu desapropri-

ações ao longo dos últimos 20 anos.

— É um novo normal. Esses extremos estão cada vez mais frequentes. Não podemos evitar esse volume de chuvas de maneira direta, mas temos ações que minimizem impactos e que podem interferir no microclima — afirma a secretária estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura, Marjorie Kauffmann.

Em municípios afetados por enchentes, essa mudança demanda alterações no Plano Diretor, com ampliação do nível de áreas com cota de inundação. Outra frente de atuação, defendida por especialistas, é reforçar os esforços em ações de prevenção, que historicamente têm ficado à margem das prioridades de gestores públicos.

Em 2015, um programa do governo batizado como "Brasil 2040" já previa chuvas mais intensas no Sul do país e maior frequência de eventos extremos. Houve uma tentativa, à época, de desenharmos a necessidade de adaptação à mudança climática, mas o plano foi interrompido de maneira repentina pela própria administração federal.

Sergio Margulis, então chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), era o responsável por coordenar o programa. Ele diz que os modelos matemáticos usados poderiam ter previsto o que iria acontecer.

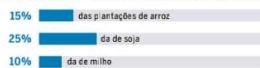
— Todo mundo sabia desse aumento de eventos de precipitação que vão passar a ser o novo normal. E ninguém tomou nenhuma atitude — disse ele.



PROTEÇÃO NO CAMPO

IMPACTO NA SAFRA

Estimativa preliminar do setor é que ficaram submersas



Prejuízos
R\$ 1,1 bilhão

Agrônomos na agricultura segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

Medidas sugeridas por especialistas
Aumentar a proteção ambiental na zona rural, com mais respeito a áreas de reserva legal, por exemplo, e tomar o seguro rural mais acessível

CONSUMIDOR

nocultura e matou o gado no campo, por exemplo.

— É catastrófico e incompatível a qualquer outro evento que já vimos. Impossível dizer o tamanho do prejuízo porque ainda temos cidades inteiras para reconstruir — afirma o assessor especial do Ministério da Agricultura e Pecuária, Carlos Ernesto Augustin.

SEGURO RURAL

Para o professor emérito da Fundação Getúlio Vargas e ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, uma forma de evitar que a agricultura brasileira sofra com catástrofes climáticas é tornar o seguro rural mais acessível. Rodrigues lembra que apenas 10% da área plantada no país são seguradas, em grande parte pelo alto custo e por condições que não atendem a todos os agricultores.

— Para que aconteça no Rio Grande do Sul não há mecanismo de prevenção que resolva. Foi um dilúvio, uma tragédia inominável. Nada se faz para prevenir a inundação.

O Brasil precisa de um seguro rural digno — diz Rodrigues. Marcelo Dutra, professor de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, defende redobrar a discussão do zoneamento das cidades, inclusive na área rural.

— Na zona rural, a gente tem que aumentar a proteção ambiental, com mais respeito a áreas de reserva legal, por exemplo. E as nossas cidades precisam se adaptar de zonas sensíveis e áreas com potencial de risco — disse ele.

O economista-chefe da Federação de Agricultura do estado, Antônio da Luz, avalia ser necessário um debate sobre como prevenir o setor de catástrofes como esta.

Para ele, as medidas tomadas após as inundações no passado, já não são mais suficientes para a realidade atual:

— Porto Alegre construiu sistemas de proteção que poderiam ser bons para a época, mas se mostraram ineficazes, parte pelo crescimento das cidades, parte pela manutenção precária.



Sem moradia. Forças de segurança resgatam vilas: 337 mil deslocados